



Comportamento da Execução Orçamentária dos Gastos Públicos em Períodos de Crise e Prosperidade Econômica nos Estados e Distrito Federal

Resumo: As sucessivas discussões sobre Orçamento Público ampliam o interesse em compreender o seu percurso e a sua aplicação no Brasil. Dessa forma, o objetivo deste estudo é investigar o comportamento da execução orçamentária em períodos de crise e prosperidade econômica nos estados brasileiros e no Distrito Federal. Para alcançar os resultados, a pesquisa é considerada quanto aos seus objetivos, como descritiva; quanto aos procedimentos, documental e quanto à abordagem, mista. Os dados foram coletados na plataforma do SICONFI, referente ao período de 2010 a 2018 e a população da pesquisa é composta pelos 26 estados e o Distrito Federal. Foram utilizados os indicadores de execução dos gastos categorizados economicamente (corrente e de capital) e dos grupos de natureza dos gastos com Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida, Outras Despesas Correntes, Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida. Os resultados mostraram que, entre 2010 e 2018, os gastos correntes foram mais executados, motivados, principalmente, por causa dos gastos com pessoal e encargos sociais, que se elevaram nos dois cenários econômicos analisados (prosperidade e recessão); já os gastos de capital mostraram participação pouco significativa na composição dos gastos orçamentários, diminuindo linearmente seu impacto no período de recessão econômica do país, considerado entre 2014 e 2018. Consequentemente, as revelações trazidas neste estudo contribuem e reforçam a necessidade de compreender a dinâmica da aplicação dos recursos arrecadados pelo governo, bem como os respectivos direcionamentos da execução desses nas políticas públicas de saúde, educação, segurança, entre outras, consideradas essenciais à população.

Palavras-chave: Execução Orçamentária. Gasto Público. Categoria Econômica.



1 INTRODUÇÃO

A evolução dos gastos públicos desencadeou um processo de amadurecimento da gestão pública brasileira na qual o conjunto de legislações criadas submeteu a mesma a gerar informações cada vez mais transparentes, em um nível elevado de detalhamento (Gomes, 2015).

O planejamento, a execução e o controle do orçamento são processos orientados por regras que regulam a captação e o gasto do dinheiro público (Schick, 2003). Além disso, no contexto das Unidades Federativas (UFs) brasileiras, essas regras são simétricas e necessárias, porém arbitrárias, aplicando-se uma vez ao longo de um exercício, frequentemente associadas a algum alvo numérico estabelecido no cenário de intenções abstratas.

Nesse contexto, o planejamento orçamentário, para arrecadação de receitas e realização dos gastos públicos, deverá estar alinhado (Poterba, 1995). Se a realização da receita difere das expectativas durante o exercício fiscal em que o orçamento é executado, os gastos públicos realizados deverão estar no patamar de execução igual ou, preferencialmente, inferior (Hou & Smith, 2006).

Não se desvincilhando do cenário brasileiro, a literatura sobre finanças públicas, seja nacional ou internacional (Rubin, 2005; Schunk & Woodward, 2005; Hou & Smith, 2006), converge quando o assunto é o equilíbrio das contas públicas, trazendo respostas ao balanceamento das contas públicas do governo: aumento de receitas e/ou diminuição de gastos.

Esses fluxos de que os estados necessitam para ofertar à população serviços de saúde, educação, segurança, infraestrutura, entre outros, encontram-se num descompasso entre as demandas sociais e a capacidade fiscal do governo (Holanda, 1993).

O esgotamento da liquidez fiscal tem-se tornado uma constante nas unidades federativas brasileiras, tanto nos entes em desenvolvimento, como nos desenvolvidos. Esse problema emerge porque as receitas dependem de uma base tributária que, além de pequena, é instável e sensível às flutuações da conjuntura econômica, enquanto que os gastos públicos são rígidos, uma vez que são destinados ao pagamento de pessoal e encargos sociais e outras ações nas áreas sociais.

Considerando as contas dos 26 estados e do Distrito Federal nos exercícios de 2015 a 2017, a arrecadação cresceu em termos nominais, mas quando se leva em conta a inflação, o aumento real foi pequeno, 0,40%, visto que as receitas ingressadas nos cofres estaduais somaram R\$ 752 bilhões em 2015 e R\$ 742 bilhões em 2016 (em valores atualizados) contra R\$ 755 bilhões em 2017 (Castro & Almeida, 2018).

Caram (2019) afirma que se, por um lado, as receitas cresceram pouco - mesmo com aumento de tributos, por outro, os gastos públicos também evoluíram acima da inflação, uma vez que, entre os exercícios de 2015 e 2017, elevaram principalmente os gastos com funcionalismo (gastos com pessoal e encargos sociais) e manutenção dos serviços públicos.

Apesar dos esforços dos gestores públicos para aumentar a arrecadação e contingenciar os gastos públicos, o fato é que, neste cenário econômico perverso, além das receitas reais desacelerarem desde 2010, os gastos operacionais obrigatórios dos 26 estados e Distrito Federal, notadamente aqueles referentes aos gastos com pessoal e encargos sociais e manutenção dos serviços públicos vêm crescendo acima da inflação (Caram, 2019). O resultado desse comportamento adverso são as dificuldades de honrar compromissos, entre eles o atraso do pagamento de servidores (Castro & Almeida, 2018).

Com base nos argumentos e pontos apresentados, a seguinte pergunta orienta esta pesquisa: **como se comportou a Execução Orçamentária dos Gastos Públicos em Períodos de Crise e**



Prosperidade Econômica nos Estados Brasileiros e Distrito Federal entre os anos de 2010 a 2018?

O constante debate sobre os gastos públicos no Brasil viabiliza o interesse em compreender como a sociedade se beneficia dos recursos geridos pelos governos e onde está a maior concentração destes em relação ao seu total. Assim, tanto a comunidade acadêmica quanto à sociedade brasileira demandam por elaborações de estudos que esclareçam as informações sobre a equalização ou a centralização dos gastos públicos no intuito de compreender os direcionamentos destes. Sendo assim, este estudo torna-se relevante, pois traz essa proposta, tendo como amostra as aplicações dos gastos públicos nos 26 estados e no Distrito Federal.

A difusão desta pesquisa torna-se pertinente e justificável porque seus dados revelam a configuração das aplicações dos gastos públicos, durante os anos de 2010 a 2018, sendo, portanto, fulcral a elaboração deste estudo que busca interpretar e analisar dados relativos à execução dos gastos públicos pelos entes federativos. Desse modo, o presente estudo contribui para pesquisas e reflexões acadêmicas e para a atuação dos profissionais da área de finanças públicas, além da sociedade em geral, com informações que mostram a dinâmica da execução orçamentária das dotações por categoria econômica e por grupos de natureza.

A estrutura deste estudo está organizada em cinco seções, iniciando com esta introdução que apresenta a contextualização, a problemática, a justificativa e a organização da pesquisa. Na seção dois, será apresentado o referencial teórico, evidenciando os enfoques econômicos e a natureza dos gastos públicos, bem como os estudos anteriores. A seção três detalhará a metodologia utilizada na elaboração do estudo. Já a seção quatro apresentará a análise dos dados e resultados, seguida da seção cinco que apresentará as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Contexto Econômico dos Gastos Públicos

O Estado, para cumprir com seu propósito de fornecer bens e serviços públicos para a população, deverá seguir as orientações fiscais com a finalidade de equilibrar o país através da previsão de receitas e da fixação das despesas, devendo estes fluxos orçamentários, no planejamento e na execução, serem categorizadas economicamente em Despesas Corrente e Despesas de Capital (Prudlik, 2016).

Ao mesmo tempo, Neduziak e Correia (2019, p. 02) enfatizam que “os gastos do governo têm aumentado significativamente ao longo do tempo e estão longe de serem facilmente compreendidos”. Nesse âmbito, Conti (2014) afirma que a categoria de gastos correntes comporta a maioria das despesas dos estados brasileiros, sendo os gastos com pessoal e encargos sociais o grupo de natureza predominante. Desse modo, percebe-se que os aumentos com pessoal e encargos sociais majoraram tanto os gastos desta área quanto os da área de previdência.

No cenário econômico, após a crise internacional de 2008/2009 o crescimento do Brasil diminuiu significativamente em relação aos anos anteriores, comparado também a outros países latino-americanos no mesmo período (Barbosa Filho, 2017). Com isso, nos anos de 2011 e 2012, o País adotou a chamada Nova Matriz Econômica (MNE), a qual estabeleceu políticas de forte intervenção governamental na economia que uniram a política monetária com a redução da taxa de juros e a política fiscal com dirigismo no investimento, elevação de gastos, concessões de subsídios e intervenção em preços (Barbosa Filho, 2017).



Esse panorama brasileiro seguiu até que, entre os anos de 2014 a 2017, a economia brasileira viesse a apresentar uma nova recessão, originando-se no que Barbosa Filho (2017, p. 8), chama de “uma série de choques de oferta e demanda, na maior parte ocasionados por erros de políticas públicas que reduziram a capacidade de crescimento da economia brasileira e geraram um custo fiscal elevado”.

Após discutir o contexto econômico, a seguir será apresentada a seção que trata da Natureza dos Gastos Públicos.

2.2 Natureza do Gasto Público

A classificação da despesa pública passou por algumas transformações que aprimoraram a sua disposição. Nessa perspectiva evolutiva, emergiram por meio de normas legais e infralegais diversas classificações: Econômica, funcional, institucional, por esfera, entre outras. Contudo, durante muito tempo, a organização e estrutura do orçamento público brasileiro foram embasadas pelas orientações da ONU que dividiam as despesas pelas classificações econômica e funcional. (Giacomoni, 2019).

A partir de 1964, a lei de nº 4.320/64 introduziu a classificação da despesa segundo a natureza como a que hoje conhecemos por Categoria de Despesas Correntes e Despesas de Capital (Giacomoni, 2019). Todavia, o autor menciona que por volta dos 1990 essa lei sofreu alterações, e somente em 2002, com a introdução da Portaria Interministerial nº 163/2001, a referida classificação passou a ser constituída por Categorias Econômicas, Grupos de Natureza de Despesa e Elementos de Despesa.

Acerca dessa classificação, a referida Portaria introduziu também a Modalidade de Aplicação, informação gerencial que tem por objetivo identificar e diferenciar a aplicação dos recursos dos órgãos ou entidades no âmbito das três esferas governamentais, possibilitando a eliminação da dupla contagem dos recursos transferidos ou descentralizados (Giacomoni, 2019). Considerando contexto técnico, normativo e de multiclassificação dos gastos no setor público, discute-se a seguir a classificação orçamentária sob o enfoque econômico.

2.3 Enfoque econômico dos gastos públicos

A Categoria econômica revela os efeitos que os gastos públicos possuem sobre a macroeconomia (Giacomoni, 2019), sendo utilizada para mensurar cálculos do PIB quanto à variação de exportação e importação do país.

Considerando esse preâmbulo, Conti (2014) aduz que a opção legal de separar os gastos orçamentários realizados pelo governo em despesas corrente e despesas de capital não é aleatória, uma vez que a distinção ocorre pelas consequências produzidas. Esta aceção é reforçada por Carvalho (2014) ao manifestar que a classificação econômica indica efeito econômico da realização da despesa, evidenciando como os gastos foram realizados, de que forma o governo realizou os investimentos, a maneira como o pagamento de pessoal está ocorrendo, dentre outras identificações.

Nessa conjuntura, as despesas correntes representam para o setor público os gastos públicos necessários à manutenção e ao funcionamento dos serviços públicos, não contribuindo, direta e indiretamente, para a formação ou aquisição de bens de capital (Giacomoni, 2019).

Em contrapartida, Zuccolotto, Ribeiro e Abrantes (2008) afirmam que as despesas de capital motivam a realização de gastos públicos que contribuem para a formação de um bem de capital ou representam acréscimos de valor a um bem já existente como investimentos, inversões financeiras ou amortização de dívidas. Por conseguinte, as despesas de capital são aquelas que, no geral, não provocam decréscimo no Patrimônio Público, mas uma variação patrimonial, resultado da troca de elementos patrimoniais (Carvalho, 2014).



Dada a importância do estudo da categoria econômica dos gastos públicos, estuda-se na seção seguinte os Grupos de Natureza da Despesa.

2.4 Grupos de Natureza dos Gastos Públicos

Com intuito de atualizar a estrutura da despesa orçamentária prevista na Lei 4.320/64, a Portaria Interministerial nº 163/2001 trouxe a classificação da despesa segundo a natureza composta por níveis de desdobramentos, são eles: a Categoria Econômica, Grupo de Natureza da Despesa, a Modalidade de Aplicação, Elemento de Despesa e Desdobramentos do Elemento de Despesa (Bezerra Filho, 2013).

Nessa perspectiva, a referida Portaria atualizou essa composição e inseriu os Grupos de Natureza da Despesa (GND) nas duas categorias econômicas Corrente e de Capital (Giacomoni, 2019). Para ele, a Portaria trouxe uma mudança significativa no âmbito dos Grupos de Natureza da Despesa, proporcionando um maior nível de detalhamento dos elementos de despesa e, conseqüentemente, uma maior precisão na organização das contas públicas.

Os gastos públicos correntes e de capital são segregados em grupos de natureza: Pessoal e Encargos Sociais; Juros e Encargos da Dívida; Outras Despesas Correntes; Investimentos; Inversões Financeiras; e Amortização da Dívida (BRASIL, 2018). Esse critério de organização intermediário entre as categorias econômicas visa agregar elementos de despesa que apresentam as mesmas características quanto ao objeto de gasto (Conti, 2014).

Nesse cenário, o primeiro GND permite identificar e alocar os gastos relacionados ao pessoal e encargos sociais, observando os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal de 2001, que visa controlar a geração de despesas públicas (Queiroz, 2015).

Ademais, Giacomoni (2019) questiona que tanto a Portaria 163/2001 quanto a Lei 4.320/1964 cometem equívocos ao considerar os gastos referentes ao pessoal e encargos sociais apenas como Despesas Correntes. Para ele, a despesa com Pessoal e Encargos Sociais é considerada mão de obra direta, necessária tanto para a produção de um bem ou serviço corrente como também para de um bem de capital, podendo gerar, assim, um possível desarranjo na alocação dos gastos públicos desse grupo. Entretanto, essa observação do autor não é possível porque a própria legislação determina que os gastos com Pessoal sejam considerados despesas correntes, independentemente de contribuir para produção de um bem de capital ou de um serviço.

O grupo de Juros e Encargos da Dívida busca identificar informações a respeito da dívida pública contraída pelo Brasil, bem como a gestão dessa dívida em função do desenvolvimento do País, dispondo também de informações sobre as despesas orçamentárias com o pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas contratadas (MTO, 2018).

Outras Despesas Correntes compreendem um grande leque, o guarda-chuva de outras despesas da categoria econômica: "Despesas Correntes" não classificáveis nos demais Grupos de Natureza de Despesa (Giacomoni, 2019).

Os grupos de Investimentos são as aplicações orçamentárias feitas pelo governo, para aquisição de bens e imóveis públicos que sejam necessários para a sua continuidade. Sendo, então, as despesas orçamentárias aplicadas no desenvolvimento da parte lógica, e as despesas com planejamento e a execução de obras, incluindo a aquisição de imóveis necessários à realização destas últimas, com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente (Carvalho, 2014)

Em relação às Inversões financeiras, Giacomoni (2019, p.167), define-as como: "uma subcategoria econômica, de caráter híbrido em face da variedade de despesas abarcadas".

As Inversões financeiras são as despesas orçamentárias contraídas com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou



entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe no aumento do capital; e com a constituição ou aumento do capital de empresas, além de outras despesas classificáveis neste grupo (Carvalho, 2014).

O último grupo das despesas de capital, Amortização da Dívida, é descrito por Carvalho (2014) como sendo aquelas advindas do pagamento e/ou refinanciamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública interna e externa, contratual ou mobiliária.

Após as discussões, na seção seguinte, serão apresentados alguns estudos anteriores semelhantes ao assunto desta pesquisa.

2.5 Estudos Anteriores

O estudos anteriores que trataram dos gastos públicos no Brasil foram realizados nos estados e outros em municípios e ambos têm como propósito geral mostrar quais os gastos que os entes mais realizam dentro da categoria econômica corrente e capital. Nesta perspectiva de investigar o comportamento da execução orçamentária dos estados, observam-se os estudos nacionais de Prudlik (2016), Neduziak e Correia (2019), Rocha e Giuberti (2007), Zuccolotto, Ribeiro e Abrantes (2008) e internacionais de Onifade, Çevik, Erdoğan, Asongu e Bekun (2020) e Becerra e Forero (2020).

Onifade, Çevik, Erdoğan, Asongu e Bekun (2020) avaliaram os impactos da evolução dos gastos públicos na economia nigeriana. O estudo foi realizado com base nos dados coletados na República nigeriana, usando dados de séries temporais anuais de 1981 a 2017, cobrindo um período de 37 anos. Os resultados revelaram que as despesas correntes do governo e a dívida pública têm impactos negativos significativos no crescimento econômico, enquanto as despesas capital do governo têm um impacto positivo, mas insignificante, na economia da nação crescimento a longo prazo.

Becerra e Forero (2020) avaliaram a dimensão do Estado num contexto internacional e analisaram o comportamento dos gastos públicos na Colômbia durante as duas últimas décadas. O estudo foi realizado com base nos dados coletados na Colômbia. Os resultados apontam que, no contexto internacional, as despesas, nos países desenvolvidos, têm sido maiores e que a dimensão do gasto do Estado é maior à medida que aumenta a receita per capita. Além disso, revela que a despesa pública na Colômbia requer uma avaliação, considerando os problemas de eficiência dos gastos e de corrupção na gestão dos recursos públicos.

Prudlik (2016) realizou um estudo com o objetivo de determinar se a limitação sobre gastos com pessoal em contrapartida a não imposição de restrições nos gastos com investimento, feita pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), cessou a ocorrência de ciclos político-econômicos nas unidades federativas do Brasil. Utilizando de uma pesquisa descritiva, quanto à natureza dos objetivos, de um levantamento documental e procedimentos de revisão bibliográfica, bem como de uma abordagem mista, a amostra da pesquisa corresponde aos 26 estados e Distrito Federal.

Os resultados mostraram que existem evidências de ciclos político-econômicos em praticamente todas as unidades federativas em grande parte dos anos analisados. Além disso, os autores relataram a falta de restrições em um gasto representativo como investimento torna o ambiente econômico favorável aos políticos oportunistas.

O estudo de Neduziak e Correia (2019) analisou os efeitos da composição do gasto público sobre a taxa de crescimento das unidades federativas brasileiras, no período de 1995-2011. A amostra da pesquisa foi representada pelos 26 estados e o Distrito Federal. Os resultados mostrados indicaram um impacto positivo da introdução de regras, por meio da LRF. Tal resultado pode significar que, antes da introdução de uma restrição orçamentária do governo, os entes federativos gastavam além do que seria considerado como necessário para a sociedade.



Zuccolotto, Ribeiro e Abrantes (2008) avaliaram o planejamento municipal por meio das características do comportamento das finanças públicas das capitais dos estados brasileiros de acordo com os preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal. A amostra do estudo foi composta pelas 26 Capitais dos estados brasileiros e o Distrito Federal. Os resultados da pesquisa mostraram o aumento expressivo da despesa com pessoal, o crescimento pouco significativo da dívida consolidada com relação à receita corrente líquida e a redução das dívidas de curto prazo. Constatou-se também que há deficiência nos mecanismos de arrecadação tributária embora se perceba o aumento da carga tributária. Além disso, observou-se que a situação financeira dos municípios vem melhorando ao longo dos anos.

O estudo de Rocha e Giuberti (2007) consistiu em determinar quais componentes do gasto público influenciaram o crescimento econômico dos Estados brasileiros durante o período 1986-2003. A amostra da pesquisa foi composta pelos 26 estados e Distrito Federal. Os resultados revelaram que os gastos de capital aparecem como produtivos, ou seja, estimulam o crescimento econômico, enquanto que os gastos correntes são produtivos até um limite de 61% da despesa orçamentária. Os gastos com transporte e comunicação, educação e defesa também contribuem para o crescimento dos Estados.

Os estudos anteriores demonstram cenários diversificados encontrados na execução dos gastos públicos nos entes estaduais e municipais, revelando, então, ambientes propícios para gastos excessivos ou insuficientes em relação às necessidades da sociedade. Na próxima seção, detalham-se os procedimentos adotados na metodologia desta pesquisa, visando alcançar o objetivo proposto.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Esta pesquisa é classificada levando-se em consideração os seus objetivos, procedimentos e abordagens do problema a ser investigado (Raupp & Beuren, 2013).

Dessa forma, quanto aos seus objetivos, este estudo pode ser classificado com descritivo, uma vez que está restrito à análise de informações já presentes em banco de dados, não sofrendo, por consequência, interferência por parte do pesquisador (Gil, 2008). Quanto aos procedimentos, o estudo caracteriza-se como documental, uma vez que corresponde a toda informação colhida de forma oral, escrita ou visualizada (Raupp & Beuren, 2013). Além disso, é também bibliográfico, visto que se utiliza de artigos, livros e outros trabalhos elaborados por diversos autores.

Por fim, quanto à abordagem do problema, este estudo é considerado como misto, pois, apesar de não haver o emprego de um instrumento estatístico específico como base do processo de análise do problema, há o emprego de quantificações e de percentuais para tratamento dos dados (Gil, 2008). Desse modo, foram utilizadas as ferramentas da estatística descritiva, buscando identificar os comportamentos e as tendências dos gastos públicos categorizados economicamente e por grupos de natureza.

Os objetos de análise do estudo são os gastos orçamentários categorizados economicamente (correntes e de capital) e os grupos de natureza de cada categoria que constam no RREO de cada Unidade Federativa. Ademais, o universo da pesquisa compreende os 26 estados e o Distrito Federal, abrangendo os exercícios de 2010 a 2018, totalizando 243 observações.

Para a coleta, foi utilizada a base de dados contábeis disponibilizada no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), por meio dos dados contábeis dos Estados – Finanças Brasil (FINBRA). Posteriormente, foi construída uma planilha com suporte da ferramenta Microsoft Excel 2010 para registro, tabulação e análise dos dados encontrados.

O período de análise compreende a lacuna temporal longitudinal delimitada aos exercícios financeiros de 2010 a 2018 (9 anos). Justifica-se a escolha da série por propiciar dois cortes temporais



investigados: período de prosperidade econômica (2010 a 2013) e recessão econômica (2014 a 2018). A definição a partir de 2014 como período de crise está pautada nos preceitos descritos na seção introdutória, bem como em pesquisas anteriores que utilizaram o referido critério na definição da amostra de sua investigação, como Barbosa Filho (2017) e Canale (2015).

Esta delimitação também pode ser identificada através dos resultados do PIB Nacional (Produto Interno Bruto) dos respectivos anos, quando no período de 2010 a 2013 o PIB variou entre 7,5% a 1%, enquanto que, após uma forte queda nos anos de 2014 a 2018 a variação de resultado não ultrapassou 1,1%. (ADVFN, 2020).

Para cumprimento dos objetivos propostos neste estudo, foram investigadas as categorias econômicas dos gastos públicos (correntes e de capital) e grupos de natureza: pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida, outras despesas correntes, investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida.

Levantado os dados, estes foram inicialmente agregados por categoria econômica de despesa, bem como por seus respectivos grupos, de acordo com as classificações orçamentárias formais determinadas pela Lei nº 4.320/1964 e pela Portaria Interministerial nº 163/2001. Os valores coletados foram corrigidos pelo índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), permitindo, assim, uma ideia real da evolução do gasto entre 2010 e 2018.

No processo de seleção, tratamento e análise dos gastos realizados pelas Unidades Federativas, no período já delimitado para esta pesquisa, foi levado em consideração o conceito de gasto público.

Para a análise e exploração dos valores encontrados, foi utilizada a estatística descritiva, para a qual foram apresentadas as medidas de valor mínimo, valor máximo, média, mediana e desvio padrão. Estas medidas de dispersão e de tendência central foram utilizadas com intuito de identificar o comportamento da execução orçamentária em períodos de crise e prosperidade econômica nos estados brasileiros e no Distrito Federal, bem como suas variações no período apresentado.

A elaboração dos indicadores aplicados nessa pesquisa foi executada com base nos objetivos propostos e tem como operacionalização apontar o montante da participação do gasto categorizado (corrente e de capital) e de cada grupo de natureza do gasto em relação ao total do orçamento empenhado (despesa total empenhada por ano em cada Unidade Federativa).

Sendo assim, foram adotados os seguintes índices: Índice de Execução dos Gastos com Pessoal e Encargos Sociais (**GPES**), Índice de Execução dos Juros e Encargos da Dívida (**JED**), Índice de Execução das Outras Despesas Correntes (**ODC**), Índice de Execução dos Investimentos (**INV**), Índice de Execução das Inversões Financeiras (**INVF**) e Índice de Execução da Amortização da Dívida (**AMORT**).

Para o cálculo de cada índice, considera-se a relação entre o total da despesa total empenhada para cada grupo de natureza e o montante geral do orçamento executado nas Unidades Federativas (UFs). Dessa forma, a partir destes indicadores, serão apresentados a análise dos dados encontrados e seus respectivos resultados.

4 ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS

4.1 Evolução da Execução Orçamentária dos Gastos Públicos das Unidades Federativas

A Tabela 1 indica a evolução anual dos Gastos Públicos de 2010 a 2018 da soma de todos os estados. A categoria econômica dos gastos correntes evoluiu positivamente em todos os anos investigados, exceto no período de 2015 para 2016 no qual houve uma redução de 5%, mas, nos dois



períodos seguintes, considerados de recessão econômica, o crescimento foi de 1% ao ano. Todavia, os gastos de capital, por sua vez, apresentaram um comportamento ondulante ora positivo (para 2012, 2013 e 2018), ora negativo (nos exercícios de 2011 e de 2014 a 2017).

O grupo de gastos com Pessoal e Encargos Sociais se destacou pelo seu crescimento em todos os anos investigados, exceto de 2015 para 2016, com uma redução de 5%. Observa-se que, de 2014 em diante, a inclinação desses gastos foi menos acentuada. Já os gastos com Juros e Encargos da Dívida evoluíram, exceto de 2012 para 2013 e de 2015 para 2016, em que houve reduções de 3% e de 39%. Já o grupo Outras Despesas Correntes apresentou uma variação positiva de 2010 para 2011, mas, nos exercícios seguintes, sobretudo no período de recessão econômica, sofreu sucessivas reduções.

Tabela 1 Evolução Anual dos Gastos Públicos das Unidades Federativas

GASTOS	2010-2011	2011-2012	2012-2013	2013-2014	2014-2015	2015-2016	2016-2017	2017-2018
	Δ %	Δ %	Δ %	Δ %	Δ %	Δ %	Δ %	Δ %
CORRENTE	6	5	5	3	2	- 5	1	1
Pessoal e Encargos Sociais	7	11	14	5	8	- 4	2	2
Juros e Encargos da Dívida	5	8	- 3	3	3	- 39	9	28
Outras Despesas Correntes	5	0	- 4	0	- 5	- 5	- 1	- 2
CAPITAL	- 13	4	21	- 8	- 26	- 21	- 5	2
Investimentos	- 26	8	21	1	- 38	- 17	7	- 3
Inversões Financeiras	7	- 6	10	- 12	- 37	22	- 21	- 18
Amortização da Dívida	19	0	29	- 22	11	- 39	- 19	26

Fonte: Elaborada pelos autores, 2020.

Complementarmente à análise da evolução anual dos gastos públicos (Tabela 1), faz-se necessário analisar o comportamento médio desses nos quatro anos que antecederam a crise econômica e nos cinco anos seguintes, considerados de declínio econômico para os governos estaduais e distrital.

Os dados da Tabela 2 revelam que a média de execução dos gastos correntes, de 2010 para 2018, aumentou em 11%, enquanto que a média de execução dos gastos de capital foi reduzida em 43%. Entre 2010 e 2013, observa-se que ambas categorias de gastos evoluíram, porém, impactadas pela recessão econômica, as duas sofreram redução de 2014 para 2018. Observa-se que, nesse período de estagnação econômica, os gastos correntes apresentaram uma pequena redução, 1%, enquanto que os de capital encolheram em 44%.

Entre os grupos de gastos correntes, verifica-se que de 2010 a 2018, pessoal e encargos sociais evoluíram em 55%, os juros e encargos da dívida e as outras despesas correntes declinaram, respectivamente, em 1% e 13%. Para esses mesmos grupos de gastos, observa-se que, entre 2010 e 2013, pessoal e encargos sociais e os juros e encargos da dívida aumentaram em 35% e 10%, respectivamente, mas as outras despesas correntes não sofreram evolução. Todavia, no cenário de recessão econômica, entre 2014 e 2018, excetuando pessoal e encargos sociais (que aumentaram em



8%), os demais grupos de gastos correntes foram contingenciados e, conseqüentemente, reduzidos em 13%.

Para os grupos de gastos de capital, constatou-se que os investimentos apresentam variações negativas nos três intervalos de tempo analisados, absorvendo maior impacto, diminuição de 47%, no período de crise econômica (2014 a 2018), contribuindo, por consequência, para um declínio de 43% de 2010 para 2018. As inversões financeiras, após um aumento de 10% de 2010 para 2013, foram os gastos de capital que sofreram maior variação negativa, no período de recessão, 50%.

A execução dos gastos públicos com amortizações da dívida foi elevada em 53% de 2010 para 2013, entretanto, no período de recessão econômica, de 2014 para 2018, a redução sinalizou 31%. Com isso, de 2010 para 2018, a execução orçamentária desses gastos apresentou um encolhimento de 18%.

Tabela 2 Evolução Encadeada dos Gastos Públicos das Unidades Federativas

GASTOS	Período Total	Prosperidade Econômica	Crise Econômica
	[2010 → 2018]	[2010 → 2013]	[2014 → 2018]
	Δ %	Δ %	Δ %
CORRENTES	11	16	- 1
Pessoal e Encargos Sociais	55	35	8
Juros e Encargos da Dívida	- 1	10	- 13
Outras Despesas Correntes	- 13	0	- 13
CAPITAL	- 43	10	- 44
Investimentos	- 48	- 3	- 47
Inversões Financeiras	- 52	10	- 50
Amortização da Dívida	- 18	53	- 31

Fonte: Elaborada pelos autores, 2020.

A seguir, será apresentada a estrutura da execução orçamentária dos gastos públicos nos estados e no Distrito Federal, buscando compreender a representação destes gastos por categoria econômica e grupos de natureza.

4.2 Estrutura da Execução Orçamentária dos Gastos Públicos nos estados e no Distrito Federal.

A Tabela 3 apresenta a estrutura da execução orçamentária dos gastos públicos das UFs no período de 2010 a 2018. Os resultados revelam que o montante dos gastos correntes nos estados e Distrito Federal predomina com folga durante os anos investigados, representando mais de 85% da execução orçamentária, nos exercícios de 2010 e 2014, inclinando para mais de 90% de 2015 a 2018. Complementarmente, os Gastos de Capital, por sua vez, comportando-se em um patamar inferior, representavam menos de 15% em 2010 e, após sucessivos declínios, representou menos de 8% dos gastos públicos executados em 2018.

Dentre os grupos de gastos correntes, cabe destacar que a participação dos gastos com pessoal cresceu de 2010 a 2018, ultrapassando, na estrutura dos gastos correntes, a partir de 2012, a participação das outras despesas correntes que, de um modo geral, declinou na composição total dos gastos públicos. Já os gastos com juros e encargos da dívida têm a menor participação na composição

do custeio da máquina pública das UFs, apresentando, entre aumentos e diminuições na sua participação, pequenas oscilações, entre 3,15% a 3,44%, exceto em 2016, que diminuiu para 2,19%.

A composição dos gastos de capital executados, revelados na Tabela 3, mostra que os investimentos, apesar de representarem maior volume de participação, apresentaram, de 2010 a 2018, sucessivas reduções na composição total dos gastos orçamentários, encolhendo de 9,69%, em 2010, para 4,56%, em 2018. As inversões financeiras são o grupo de gastos de menor participação na estrutura dos gastos orçamentários executados. As amortizações da dívida pública compõem o segundo menor grupo de participação no montante dos gastos orçamentários executados, uma vez que, excetuando 2013, os dados revelam uma participação inferior aos 4% nos exercícios de 2010 a 2015, e menor do que 3% nos anos de 2016 a 2018.

Tabela 3 Estrutura da Execução Orçamentária dos Gastos Públicos por Categoria Econômica e Grupos de Natureza dos Entes Federados entre 2010 a 2018

GASTOS	Exercícios Financeiros								
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
CORRENTES	85,43	87,66	87,82	86,11	87,34	90,51	91,97	92,40	92,35
Pessoal e Encargos Sociais	38,66	40,21	42,51	45,31	47,03	51,39	53,23	54,11	54,63
Juros e Encargos da Dívida	3,31	3,36	3,44	3,15	3,19	3,35	2,19	2,37	2,98
Outras Despesas Correntes	43,46	44,10	41,87	37,66	37,12	35,78	36,55	35,93	34,74
CAPITAL	14,57	12,34	12,18	13,89	12,66	9,49	8,03	7,60	7,65
Investimentos	9,69	6,94	7,17	8,11	8,06	5,04	4,49	4,77	4,56
Inversões Financeiras	1,84	1,90	1,70	1,76	1,52	0,97	1,27	1,00	0,81
Amortização da Dívida	3,04	3,50	3,32	4,02	3,08	3,47	2,27	1,83	2,28
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Elaborada pelos autores, 2020.

Nota-se que, na composição da execução orçamentária, os gastos correntes superam com folga os gastos de capital em todos os anos verificados (Tabela 3).

A Tabela 4 abaixo evidencia a estrutura da execução orçamentária dos Gastos Públicos dos estados e do Distrito Federal no período de 2010 a 2018, e entre os períodos de prosperidade econômica (2010 a 2013) e de recessão econômica (2014 a 2018).

Reforçando o que foi evidenciando em cada exercício, na Tabela 4, os resultados revelam que o montante dos gastos correntes executados entre 2010 e 2018 representou mais de 89% do total dos gastos executados, sobrando, para os gastos de capital, uma participação de pouco menos de 11%. Considerando o período de prosperidade econômica (2010 a 2013), o quadro participativo dos gastos correntes foi de aproximadamente 87% e os de capital, um pouco mais de 13%. Entretanto, no período de recessão econômica (2014 a 2018), o somatório dos gastos correntes representou 90,85% da execução orçamentária e os gastos de capital, complementando, com uma participação de 9,15%.

Para os grupos de gastos correntes, os dados mostram que o somatório dos gastos executados com pessoal apresenta maior participação nos três intervalos de tempo analisados, tanto entre 2010 a



2018, quanto de 2010 a 2013 e, mais ainda, no período de crise econômica, de 2014 a 2018, alcançando quase 52% do total de gastos orçamentários.

Os gastos orçamentários com juros e encargos da dívida mantiveram-se acima dos 3% de 2010 a 2018 e de 2010 a 2013. Contudo, no período seguinte, esses gastos correntes diminuíram para uma representatividade menor que 3%. As outras despesas correntes corresponderam a 38,47% do total dos gastos orçamentários executados no período integral. Considerando apenas o período de prosperidade econômica (2010 a 2013), esses gastos foram de 41,65%, declinando, entre 2014 e 2018, para pouco mais de 36% dos gastos executados.

Os três grupos de gastos de capital (investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida) tiveram a participação reduzida do período de prosperidade econômica para o de crise econômica, comportando-se, respectivamente, em 13,24% e 9,15%.

Tabela 4 Estrutura da Execução Orçamentária dos Gastos Públicos dos estados e do Distrito Federal

Gastos	Período Total	Prosperidade Econômica	Crise Econômica
	2010-2018	2010-2013	2014-2018
CORRENTE	89,08	86,76	90,85
Pessoal e Encargos Sociais	47,57	41,81	51,99
Juros e Encargos da Dívida	3,04	3,31	2,83
Outras Despesas Correntes	38,47	41,65	36,03
CAPITAL	10,92	13,24	9,15
Investimentos	6,52	7,96	5,42
Inversões Financeiras	1,41	1,80	1,12
Amortização da Dívida	2,99	3,49	2,61
TOTAL	100,00	100,00	100,00

Fonte: Elaborada pelos autores, 2020.

Após compreender a estrutura da execução orçamentária dos gastos, a próxima seção apresentará a análise do comportamento dos indicadores de acordo com o modelo proposto por Kohama (2015), utilizando o valor médio, valor máximo, média, mediana e desvio padrão

4.3 Análise do comportamento dos Indicadores de Execução Orçamentária dos Gastos Públicos nas Unidades Federativas.

Para subsidiar a análise do comportamento dos índices de execução dos gastos públicos dos estados e do Distrito Federal, as tabelas 5 a 10 apresentam a estatística descritiva dos grupos de natureza dos gastos públicos.

A Tabela 5 exibe um resumo estatístico-descritivo do índice de execução orçamentária dos gastos com pessoal e encargos sociais. Observa-se que, para o período de 2010 a 2018, a média de execução desse índice está distribuída em torno de 0,55, coincidindo com a mediana, e com uma baixa dispersão ($dp \pm 0,09$).

Considerando o período de prosperidade econômica, a média de execução dos gastos com pessoal e encargos sociais foi de 0,54, bem próxima da mediana de 0,55, e com uma dispersão de

dados ($dp \pm 0,09$). Todavia, para o cenário de crise econômica, analisado entre 2014 e 2018, a média do índice de execução dos gastos com pessoal e encargos sociais aumentou para 0,62, comportando-se também próxima da mediana e com dispersão de dados ($dp \pm 0,08$).

Tabela 5 Execução dos Gastos com Pessoal e Encargos Sociais (GPES) das UFs

	Período Total [2010 – 2018]	Prosperidade Econômica [2010 – 2013]	Crise Econômica [2014 – 2018]
Média	0,58	0,54	0,62
Mediana	0,58	0,55	0,63
Desvio Padrão (dp)	0,09	0,09	0,08
Mínimo	0,29	0,29	0,32
Máximo	0,81	0,70	0,81

Fonte: Elaborada pelos autores, 2020

A média do índice de execução orçamentária dos juros e encargos da dívida, conforme expressos na tabela 6, para as três situações analisadas, está distribuída em torno de 0,03, bem próximo da mediana, e com uma dispersão ($dp \pm 0,02$), para o período integral e de prosperidade econômica, e ($dp \pm 0,01$), no período de crise econômica.

Tabela 6 Execução dos Gastos com Juros e Encargos da Dívida (JED)

	Período Total [2010 - 2018]	Prosperidade Econômica [2010 - 2013]	Crise Econômica [2014 - 2018]
Média	0,03	0,03	0,03
Mediana	0,02	0,02	0,02
Desvio Padrão (dp)	0,02	0,02	0,01
Mínimo	0,00	0,00	0,00
Máximo	0,11	0,11	0,07

Fonte: Elaborada pelos autores, 2020.

A Tabela 7 exibe a estatística descritiva do índice de execução orçamentária dos gastos do grupo outras despesas correntes. Observa-se que, para esse grupo de ações orçamentárias que incluem aquisição de material de consumo, despesas com vale-alimentação, contribuições, dentre outros, a média de execução, entre 2010 e 2018, comporta-se em torno de 0,39, e com uma dispersão ($dp \pm 0,09$).

Para o período de prosperidade econômica, a média de execução do índice de execução orçamentária dos gastos com outras despesas correntes foi de 0,43, coincidindo com a mediana, e uma dispersão de dados ($dp \pm 0,09$). Todavia, para o cenário de crise econômica, entre 2014 e 2018, a média do índice de execução dos gastos com outras despesas correntes diminuiu para 0,36, comportando-se próxima da mediana e com dispersão de dados ($dp \pm 0,08$).

Tabela 7 Execução dos Gastos com Outras Despesas Correntes (ODC)

	Período Total [2010 - 2018]	Prosperidade Econômica [2010 - 2013]	Crise Econômica [2014 - 2018]
--	--------------------------------	--	----------------------------------



Média	0,39	0,43	0,36
Mediana	0,40	0,43	0,35
Desvio Padrão (dp)	0,09	0,09	0,08
Mínimo	0,18	0,27	0,18
Máximo	0,67	0,67	0,63

Fonte: Elaborada pelos autores, 2020.

A média do índice de execução orçamentária dos gastos com investimentos, conforme expressos na tabela 8, para as três situações analisadas, está distribuída em torno de 0,63, bem próximo e abaixo da mediana. A dispersão dos dados entre 2010 e 2018 foi ($dp \pm 0,15$), no período de prosperidade econômica foi de ($dp \pm 0,15$) e no período de crise econômica de ($dp \pm 0,01$),

Tabela 8 Execução dos Gastos com Investimentos (INVEST)

	Período Total [2010 - 2018]	Prosperidade Econômica [2010 - 2013]	Crise Econômica [2014 - 2018]
Média	0,63	0,63	0,63
Mediana	0,65	0,66	0,65
Desvio Padrão (dp)	0,15	0,17	0,13
Mínimo	0,19	0,19	0,23
Máximo	1,00	1,00	0,87

Fonte: Elaborada pelos autores, 2020.

O índice de execução orçamentária dos gastos com inversões financeiras, para o período de 2010 a 2018, apresenta média em torno de 0,09, acima da mediana de 0,05, e com uma dispersão ($dp \pm 0,11$). Para o período de prosperidade econômica, a média de execução do índice dos gastos com inversões financeiras foi de 0,11, acima da mediana de 0,07, e uma dispersão de dados ($dp \pm 0,12$). Todavia, para o cenário de crise econômica, entre 2014 e 2018, a média do índice de execução dos gastos com inversões financeiras diminuiu para 0,09, comportando-se acima da mediana e com dispersão de dados ($dp \pm 0,10$), como se observa na Tabela 9.

Tabela 9 Execução dos Gastos com Inversões Financeiras (INVFIN)

	Período Total [2010 - 2018]	Prosperidade Econômica [2010 - 2013]	Crise Econômica [2014 - 2018]
Média	0,09	0,11	0,09
Mediana	0,05	0,07	0,05
Desvio Padrão (dp)	0,11	0,12	0,10
Mínimo	0,00	0,00	0,00
Máximo	0,58	0,58	0,49

Fonte: Elaborada pelos autores, 2020.

O índice de execução orçamentária dos gastos com amortização da dívida, para o período de 2010 a 2018, apresenta média em torno de 0,28, abaixo da mediana de 0,26, e com uma dispersão ($dp \pm 0,14$). Para o período de prosperidade econômica, a média de execução do índice dos gastos com



amortização da dívida foi de 0,27, acima da mediana de 0,25, e uma dispersão de dados ($dp \pm 0,15$). Todavia, para o cenário de crise econômica, entre 2014 e 2018, a média do índice de execução dos gastos com amortização da dívida aumentou para 0,29, comportando-se acima da mediana de 0,27 e com dispersão de dados ($dp \pm 0,13$), como exposto na Tabela 10.

Tabela 10 Execução dos Gastos com Amortização da Dívida (AMORTDIV)

	Período Total [2010 - 2018]	Prosperidade Econômica [2010 - 2013]	Crise Econômica [2014 - 2018]
Média	0,28	0,27	0,29
Mediana	0,26	0,25	0,27
Desvio Padrão	0,14	0,15	0,13
Mínimo	0,00	0,00	0,08
Máximo	0,80	0,80	0,72

Fonte: Elaborada pelos autores, 2020.

De um modo geral, os resultados mostram que as duas categorias econômicas de gastos (corrente e de capital) foram impactadas no cenário da crise econômica, tanto em valores absolutos quanto relativos, bem como na estrutura (composição) e evolução. Nesse contexto, excluem-se os gastos com pessoal e encargos sociais que, em ambos cenários analisados, sofreram aumentos, exceto entre 2015 e 2016.

Em face do exposto, a próxima seção apresenta as considerações sobre este estudo, bem como as limitações e sugestões indicadas para próximos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal do presente estudo foi investigar o comportamento da Execução Orçamentária dos Gastos Públicos em Períodos de Crise e Prosperidade Econômica nos Estados Brasileiros e Distrito Federal entre os anos de 2010 a 2018 que integram os períodos de prosperidade (2010 a 2013) e de crise econômica (2014 a 2018) no país.

Para alcançar os propósitos delineados, a análise foi realizada nos 26 estados e no Distrito Federal, por meio de coleta de dados das duas categorias econômicas de gastos, corrente e capital, bem como dos seus respectivos grupos de natureza.

Em virtude dos aspectos apresentados, pode-se considerar que os gastos com despesas correntes são os gastos mais executados em todo o período pesquisado, assumindo uma participação crescente tanto nos anos de prosperidade quanto nos anos de recessão econômica, reforçando um dos objetivos do governo que é atender a manutenção da administração e dos serviços públicos.

De modo oposto, os gastos de capital apresentaram tímida participação na composição dos gastos orçamentários executados, diminuindo ao longo do período analisado os seus valores, principalmente durante o período de declínio econômico, a partir de 2014, contexto que pode ser explicado pelo contingenciamento dos gastos verificado no período.

Para os seis grupos de natureza dos gastos públicos, constatou-se que a maior concentração de gastos foi com pessoal e encargos sociais, incluindo pessoal ativo, inativo e pensionista, contribuindo para elevar os gastos correntes. Esse cenário evolutivo foi observado em todos os períodos, inclusive no período de crise, o que contraria a mobilização do governo pelo aumento do



contingenciamento nos gastos públicos enfatizado no período. No entanto, os gastos com outras despesas correntes, segundo maior grupo de gastos, diminuíram entre 2014 a 2018, mitigando assim a manutenção da máquina pública nesse período.

Nessa conjuntura, os gastos com investimentos também declinaram, acompanhando e evidenciando a insuficiente preocupação do governo com execução de novas obras públicas destinadas às necessidades da sociedade e aquisição de bens de capital.

Os resultados desta pesquisa limitam-se a análise dos gastos públicos categorizados economicamente e por grupo de natureza no âmbito dos 27 entes federados entre os anos de 2010 a 2018.

Tendo em vista os aspectos observados a despeito do comportamento dos gastos públicos, a discussão trazida neste estudo contribui e reforça a necessidade de compreender a dinâmica da aplicação dos recursos arrecadados pelo governo, bem como os respectivos direcionamentos da execução desses nas políticas públicas de saúde, educação, segurança, entre outras, consideradas essenciais à população.

Considerando a relevância da informação pertinente à execução dos gastos públicos que obedecem a um ciclo orçamentário contínuo, depreende-se que os resultados desta pesquisa são inexauríveis e, por isso, ampara e motiva a inclinação de estudos futuros no sentido de busca de novos conhecimentos em relação à execução dos gastos orçamentários executados não somente nos entes federados, mas também nos governos locais, investigando, portanto, outras classificações orçamentárias. Além disso, a inclusão de dados geográficos e econômicos como a população e o PIB *per capita* contribuirão para compreender a paridade ou não da utilização dos gastos públicos por indivíduo.

REFERÊNCIAS

- ADFN (Advanced Financial Network). *Produto Interno Bruto*. Recuperado em 06 de maio, 2020, de <https://br.advfn.com/indicadores/pib>.
- Barbosa Filho, F. H. (2017). A crise econômica de 2014/2017. *Estudos Avançados*, 31(89), 51-60.
- Becerra, L. A. M., & Forero, J. E. R. (2020). El gasto público en Colombia: comparaciones internacionales, evolución y estructura. *Revista de Economía Institucional*, 22(42), 211-239.
- Bezerra Filho, J. E. (2013). *Orçamento aplicado ao Setor Público*. (2a ed.). Atlas: São Paulo.
- Brasil. Secretaria de Orçamento Federal. *Manual Técnico de Orçamento MTO*. (2018). Brasília.
- Burkhead, J. (1971). *Orçamento Público*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Canale, R. R. (2015). Fluxos de capital, rendimentos de títulos de longo prazo e orientação fiscal: o trilema da política da zona do euro. *Revista Econômica Portuguesa*, 14(1-3), 31-44.
- Castro, J. R., & Almeida, R. (2018). *Nexo Jornal*. Recuperado em 18 de fevereiro, 2020, de <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/12/31/As-contas-dos-27-estados-brasileiros-em-gr%C3%A1ficos>.
- Caram, B. (2019). *Folha de São Paulo*. Recuperado em 18 de fevereiro, 2020, de <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/11/gastos-crescem-mais-que-arrecadacao-em-14-estados-e-no-df.shtml>.
- Carvalho, D. (2014). *Orçamento e Contabilidade Pública*. (6a ed.). Rio de Janeiro: Editora Atlas.



- Conti, J. M. (2014). *Orçamento Público – Lei 4.320/1964 Comentada*. Thomson Reuters. Revista dos Tribunais: São Paulo.
- Divino, J. A., & Silva Junior, R. L. S. (2012). Composição dos gastos públicos e crescimento econômico dos municípios brasileiros. *Economia*, 13(3), 507-528.
- Giacomini, J. (2019). *Orçamento Governamental: teoria, sistema, processo*. (1a ed.). São Paulo: Atlas.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.
- Gomes, E. C. S. (2015). *O Direito dos Gastos Públicos no Brasil*. (1a ed.). São Paulo: Almedina.
- Holanda, A. N. C. (1993). Aspectos políticos e econômicos das receitas e dos gastos públicos no Brasil.[S.I.]: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Recuperado em 15 de outubro, 2019, de <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2472>.
- Hou, Y. & Smith, D. L. (2006). A framework for understanding state balanced budget requirement systems: Reexamining distinctive features and an operational definition. *Public Budgeting & Finance*, 26(3), 22-45.
- Correia, F. M., & Neduziak, L. C. R. (2019). Reações Fiscais e a Dívida dos Estados Brasileiros: Efeitos do Federalismo Fiscal E Das Regras Orçamentárias. *Revista Econômica do Nordeste*, 50(4), 47-62.
- Onifade, S. T., Erdogan, S., Bekun, F. (2020). An empirical retrospect of the impacts of government expenditures on economic growth: new evidence from the Nigerian economy. *Journal of Economic Structures*, 9(6), 1-13.
- Poterba, J. M. (1995). Balanced budget rules and fiscal policy: Evidence from the states. *National Tax Journal*, 48(3), 329-336.
- Prudlik, A. (2016). *Alocação Dos Gastos Públicos Nos Estados Brasileiros: Uma Análise do Impacto da LRF*. Monografia de Graduação, Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, PR, Brasil.
- Queiroz, D. B. (2015). *Composição dos gastos públicos e resultados eleitorais: um estudo nos municípios brasileiros*. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil.
- Raupp, F. M., & Beuren, I. M. (2013). Metodologia da pesquisa aplicável às Ciências Sociais. In BEUREN, I. M (Org.). *Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: teoria e prática*. (3a ed.). São Paulo: Atlas.
- Rubin, I. (2005). The state of state budget research. *Public Budgeting & Finance*, 25(4), 46-67.
- Rocha, F., & Giuberti, A. C. (2007). Composição do gasto público e crescimento econômico: uma avaliação macroeconômica da qualidade dos gastos dos Estados brasileiros. *Economia Aplicada*, 11(4), 463-485.
- Schick, A. (2003). The role of fiscal rules in budgeting. *OECD Journal on Budgeting*, 3(3), 7-34.
- Zuccolotto, R., Paiva Ribeiro, C. P., & Abrantes, L. A. (2008, novembro). O comportamento das finanças públicas municipais nas capitais dos estados brasileiros. *Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC*, Curitiba, PR, Brasil, 15.